

Novos modelos de avaliação da educação superior

» CELSO NISKIER

Diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e reitor do Centro Universitário UniCarioca

No começo de abril foram divulgados os resultados de três dos principais indicadores de qualidade da educação superior. Como ocorre todos os anos, o anúncio gerou grande repercussão e acalorados debates sobre a qualidade das graduações. O que pouco permeou as discussões foi a aplicação de uma metodologia-padrão para cursos e instituições com realidades e objetivos distintos.

Cabe ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apurar os dados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); o Conceito Preliminar de Curso (CPC); e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). Nesta edição foram divulgados os resultados referentes a 2022.

A boa notícia é que tanto as instituições de ensino superior quanto o Inep estão cientes de que os indicadores devem evoluir. Neste ano, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) completa 20 anos e tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto o

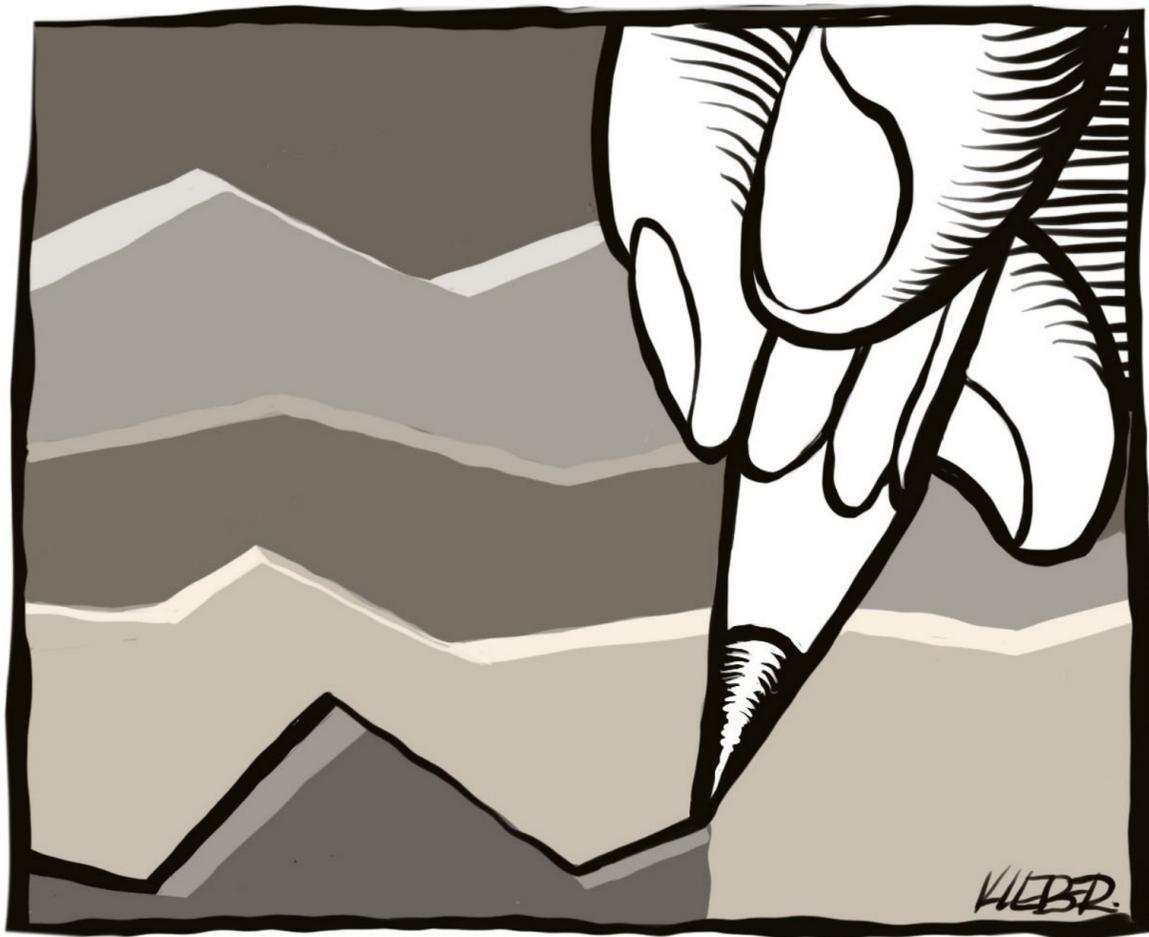
instituto ressaltaram a importância de avançar na construção de uma nova cesta de indicadores capazes de reconhecer e valorizar as características específicas dos cursos e as diferentes missões institucionais.

Ainda de acordo com o Inep, os estudos para monitorar aspectos como a eficiência das instituições, as condições de oferta específicas de cursos a distância e a produção de indicadores por área de conhecimento já começaram. As propostas devem contemplar um aspecto bastante importante tanto para as instituições quanto para os alunos: a empregabilidade dos egressos.

A questão é tão central para o setor privado que há três anos, em parceria com a Symplicity, desenvolvemos o Indicador ABMES/Symplicity de Empregabilidade (IASE). Com a contribuição de instituições e do próprio Inep, a iniciativa acompanha o desempenho dos graduados, permitindo a criação de indicadores de relevância nacional e que podem ser incorporados ao novo modelo de avaliação em construção.

Trata-se de um empenho necessário e acompanhado de perto pela ABMES. É imprescindível mensurar a qualidade do ensino superior brasileiro e ter indicadores que ajudem as instituições a adaptarem e melhorarem seus cursos para uma oferta mais qualificada e conectada com as demandas e necessidades dos tempos atuais.

A mudança é necessária e requer celeridade. Uma avaliação mais justa — e, por que não dizer, realista — deve considerar critérios como a diversificação do modelo, as diferenças regionais e as missões distintas, como das universidades especializadas. Há ainda as faculdades isoladas nas pequenas cidades com significativa conexão com a comunidade e particularidades regionais. Além de contemplar as novas estruturas e possibilidades educacionais, como os modelos híbridos de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Somos favoráveis à ampla avaliação na educação superior, mas há muito a melhorar no modelo atual.



Colapso da sustentabilidade econômica da radioterapia no SUS

» GUSTAVO NADER MARTA

Radio-oncologista, professor e presidente da Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT)

Aproximadamente 75% da população brasileira é totalmente dependente da assistência do Sistema Único de Saúde (SUS). Quando falamos especificamente sobre tratamento dos pacientes diagnosticados com câncer, a radioterapia é um dos pilares fundamentais, junto com cirurgia e tratamento sistêmico medicamentoso, sendo crucial para ao menos sete em cada 10 pacientes oncológicos. Vale ressaltar que, em 85% das vezes que a radioterapia é empregada, a intenção é curativa. Os outros 15% têm finalidade paliativa, para alívio dos sintomas e melhor qualidade de vida dos pacientes.

A possibilidade de cura e o alívio do sofrimento, tanto dos pacientes quanto de seus familiares, estão intrinsecamente ligados ao acesso adequado a esse tratamento. Entretanto, a falta de radioterapia pode resultar na perda de oportunidade de cura, acarretando sofrimento desnecessário e custos financeiros elevados, devido à necessidade de abordagens terapêuticas adicionais mais onerosas. Sem dúvida, esse é um contexto que impacta diretamente na perda de recursos do sobrecarregado sistema de saúde público.

Baseado nos dados de incidência do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e nas respectivas indicações de radioterapia, a Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT) estimou que 73 mil pacientes com câncer não têm acesso à

radioterapia no SUS a cada ano. E, caso medidas importantes não sejam adotadas, esse déficit será crescente. A estimativa é de que, comparado aos números atuais, tenhamos no mundo um aumento dos casos de câncer, que também vai se refletir no Brasil, de 20,7% até 2030; assim como o aumento de 49,6% até 2040 e de 76,6% até 2050. Portanto, a crise na sustentabilidade da radioterapia no SUS é uma pauta de saúde pública que exige urgente discussão e ação. Este tratamento essencial é atualmente uma peça no tabuleiro da economia da saúde que enfrenta um xeque-mate diante de recursos insuficientes e custos crescentes.

Um estudo da SBRT, chamado RT2030, evidenciou que o valor reembolsado pelo SUS para cada paciente não é suficiente para cobrir nem a metade do custo do tratamento. A desvalorização da moeda nacional frente ao dólar agrava o cenário, pois os equipamentos de radioterapia, majoritariamente importados, e suas manutenções, também precificadas em dólar, representam uma pressão adicional aos já restritos orçamentos do setor. Além disso, para funcionar um serviço de radioterapia com um equipamento são necessários cerca de 20-30 funcionários. Existe uma inflação no setor associada ao quadro de pessoal. O setor encontra-se sem nenhum tipo de reajuste desde o ano de 2010. Não é necessário muito raciocínio para compreender que se vive em um

cenário de total insustentabilidade.

O Plano de Expansão da Radioterapia no SUS (PER/SUS) tem como principal objetivo ampliar e criar novos serviços de radioterapia em hospitais habilitados no SUS. No entanto, apesar de bem-intencionado, o PER/SUS não é capaz de sanar a principal dificuldade do setor atualmente. Isso se deve à falta de sustentabilidade econômica vigente no que se refere ao financiamento para sua manutenção e prestação do serviço: mais uma vez, o valor de reembolso vigente no SUS cobre menos do que a metade do custo operacional. Após 10 anos, o projeto PER-SUS entregou cerca de 50% das soluções planejadas. Comparativamente, nesse período foi observado um crescimento de 17% no número de aceleradores lineares (Linacs) com o PER-SUS, contra um aumento de 32% na incidência de câncer no Brasil.

Diante desse panorama, é fundamental que o Ministério da Saúde reavalie seu modelo de financiamento para a radioterapia no SUS. Investimentos adequados não são apenas uma questão econômica, mas um imperativo ético e legal para assegurar o direito à saúde, premissa garantida pela Constituição Federal. Como observadores e participantes nesse contexto, somos convocados a refletir e demandar mudanças estruturais que garantam que a radioterapia não seja um privilégio, mas, sim, um direito acessível a todos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O estandarte da igreja

Em tempos de mudanças radicais e aceleradas pela expansão das redes sociais, fica cada vez mais evidente que quem não seguir a corrente de ventos que sopra sobre a humanidade, corre o risco de ficar preso na calmaria aparente ou ser engolido. De outra forma, em sentido contrário, existem aqueles que buscam nas fontes do passado as âncoras necessárias para fundear suas naus novamente nas águas cristalinas da sensatez e seguir adiante.

Há sempre escolhas a serem feitas. Veja, por exemplo, o caso espetacular que ocorre neste momento no continente europeu, onde grandes levas de jovens e até de pessoas maduras estão retornando à igreja cristã, buscando mais do que abrigo para espíritos conturbados. Uma espécie de fortaleza, onde reunir forças para fazer frente à expansão ameaçadora do islamismo sobre a civilização do Velho Mundo.

O caso aqui é de busca de uma bandeira capaz não só de reacender a fé perdida, mas também reavivar o ânimo necessário e correto para dar uma resposta adequada a uma invasão que se mostrou não ser, nem de longe, pacífica e harmoniosa. Para aqueles que buscam agora a bandeira com a cruz cristã, fica claro que o imenso esforço feito no passado para salvar a cultura ocidental teve a igreja como seu ponto de partida.

Mas passados tantos séculos daquela epopeia, cheia de acertos e erros, é preciso notar que o mundo agora, superpopuloso e atormentado pelas revoluções atmosféricas, é outro, talvez até mais hostil e incerto do que no passado. A começar pelas incertezas que parecem dominar o futuro do próprio cristianismo. Estaria hoje a igreja ocidental como um todo à altura dos urgentes desafios e prioridades atuais? Eis, aqui, uma questão preliminar e que poderá, ou não, reacender o ânimo dos cristãos para salvaguardar seus espaços e sua cultura ameaçados.

Se tomarmos a força atual da igreja apenas pela excessiva exposição midiática dessa instituição, há essa sensação, um tanto falsa, de que ela ainda está no patamar da supremacia que importa ao Ocidente. Refazer a antiga fortaleza da fé e das espadas é necessário mais do que nunca. Mas isso não se dará por meio das mídias, que parecem contaminar com seus signos a verdadeira e original mensagem cristã. A excessiva exposição midiática é tudo o que a igreja não necessita para voltar ao antigo protagonismo.

É no silêncio e no mistério que a igreja adquire seu poder espiritual e secular. O lema “ora e labora”, tão necessário e urgente no passado, parece ter sido substituído por uma espécie de “labora a mídia”. Também os maus ventos, vindos do mundo secular e material, introduzindo ideologias políticas e populistas na prática diária da igreja, prejudicam e ameaçam solapar o alicerce de Pedro.

Mais do que monumentos e oratórias, a igreja precisa voltar a ser socialmente significativa, abrindo suas portas aos necessitados, dando e recebendo afeição pela criação. Não existe igreja alguma digna desse nome de portas fechadas e de costas para o mundo, seja durante epidemias, calamidades públicas, como as atuais enchentes no Sul do país, seja no que for. Muito menos podem existir igrejas permanentemente cercadas e gradeadas ou que funcionem apenas em obediência aos ritos do clericalismo.

Mesmo o papa, por diversas vezes, tem afirmado que o clericalismo é uma perversão, sendo criado por uma elite de leigos na igreja. “Não é o pastor que deve dizer ao leigo o que ele deve fazer e dizer, ele o sabe tanto ou melhor do que nós”, disse o papa, para quem o clericalismo é um fenômeno que está apagando, pouco a pouco, o fogo profético de que toda a igreja é chamada a dar testemunho.

Ditado antigo diz que o que mais afasta o fiel das igrejas é o convívio com padres e bispos alheios às aflições do mundo, incapazes de olhar e se colocar no lugar daquele que ali está na sua frente. É por aí que deve começar a mudança capaz de fazer reviver a igreja como trincheira para salvar as almas e, sobretudo, a cultura ocidental onde ela se assenta.

Vejam que no seu esforço diplomático em favor do fortalecimento do ecumenismo — um sonho que o Islã despreza — o papa tem viajado por terras onde o islamismo é a única crença aceita. No entanto, todo esse louvável empenho tem sido em vão, com os líderes religiosos muçulmanos criticando e mesmo zombando do chefe da igreja cristã. O ecumenismo encontrou na Jihad seu principal inimigo.

A guerra que Israel empreende para sobreviver ante os ataques terroristas parece ter jogado a última pá de cal no ecumenismo. O europeu, que a tudo assiste, entre aturdidos e temerosos, e veem seus territórios cercados pela intolerância dos imigrantes islâmicos, sabem que a saída para esse conflito anunciado reside numa espécie de ajustamento em torno da igreja cristã, elevando essa fé à condição de estandarte e de trincheira contra a intolerância e o obscurantismo que ameaçam todo o Ocidente e tudo o que ele alberga de mais precioso que são a liberdade, a democracia e a fraternidade.

» História de Brasília

O grande derrotado de hoje é o sr. Carlos Lacerda. Quando chegou dos Estados Unidos, procurou empanar a visita do presidente João Goulart, com a intervenção do TCB. A visita foi das mais proveitosas do mundo, e o governador da Guanabara passou, moralmente, na companhia do seu outrora aliado Jânio Quadros. (Publicada em 8/4/1962)